



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
Casa Napoleão Laureano  
Gabinete do Vereador **MARMUTHE CAVALCANTI - PSD**

---

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

---

**Protocolo do Projeto  
de Lei Complementar**

\_\_\_\_/\_\_\_\_

**AUTOR: Vereador MARMUTHE CAVALCANTI**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº: /2016

**EMENTA**

Acrescenta dispositivos ao Código de Obras do Município de João Pessoa, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Pessoa aprova:

Art. 1º - Fica acrescido ao Código de Obras do Município os seguintes artigos:

“Art. 151-A - Os projetos de edificações habitacionais multifamiliares com mais de quatro pavimentos e não - habitacionais com mais de 400m<sup>2</sup> de área de cobertura deverão prever a implantação de "Telhado Verde" para sua aprovação, da seguinte forma:

I - no pavimento descoberto destinado a estacionamento de veículo das edificações, cuja área não se contabilizará para efeito de área construída, desde que:

- a) não sejam cobertas as áreas de solo permeável;
- b) sejam respeitados os afastamentos legais previstos para os imóveis vizinhos;
- c) seja respeitado um afastamento mínimo de 1m (um metro) e máximo de 3m (três metros) em relação à lâmina do pavimento tipo ou qualquer outro pavimento coberto;

II - exclusivamente para os edifícios multifamiliares descritos no caput, nas áreas de lazer situadas em lajes de Piso, no percentual de 60% (sessenta por cento), e nas áreas de lazer em pavimento de cobertura, em pelo menos, 30% (trinta por cento) de sua superfície descoberta.

§ 1º - Para os fins desta Lei, "Telhado Verde" é uma camada de vegetação aplicada sobre a cobertura das edificações, como também sobre a cobertura da área de estacionamento, e piso de área de lazer, de modo a melhorar o aspecto paisagístico, diminuir a ilha de calor, absorver parte do escoamento superficial e melhorar o microclima local.

§ 2º - O "Telhado Verde" poderá ter vegetação extensiva ou intensiva, de preferência nativa para resistir ao clima tropical do município, com as suas variações de temperatura e umidade.

Art. 151-B - Com a finalidade de tornar públicos os modos de aplicação e os



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
**Gabinete do Vereador MARMUTHE CAVALCANTI - PSD**

benefícios do "Telhado Verde", e de incentivar a sua aplicação nas edificações, podem ser elaborados:

- I - estudos junto a organizações públicas ou privadas para a definição de padrões estruturais para implantação do "Telhado Verde" no Município;
- II - cursos e palestras para a divulgação das técnicas imprescindíveis à implantação do "Telhado Verde", como na parte estrutural, tipos de vegetação e substrato.

Art. 151-C - Em lotes com área superior a 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados), edificados ou não, que tenham área impermeabilizada superior a 25% (vinte e cinco por cento) da área total do lote deverão ser executados reservatórios de águas pluviais como condição para aprovação de projetos iniciais.

§ 1º - Os reservatórios de águas pluviais podem ser:

- I - Reservatórios de Acumulação, destinados ao acúmulo de águas pluviais para reaproveitamento com fins não potáveis, com captação exclusiva dos telhados;
- II - Reservatórios de Retardo, destinados ao acúmulo de águas pluviais para posterior descarga na rede pública, captadas de telhados, coberturas, terraços, estacionamentos, pátios, entre outros.

§ 2º - Os reservatórios para acumulação ou retardo das águas pluviais especificados no caput deste artigo poderão ser construídos na área de solo natural, correspondendo em até 10% desta área.

§ 3º - Ficam dispensados da construção dos reservatórios especificados no caput os lotes em que suas águas pluviais não impactam o sistema público de drenagem, desde que comprovado através dos ensaios de infiltração e de percussão geotécnica com profundidade não inferior a 8m (oito metros) e acompanhado de laudo de vistoria técnica do órgão competente da Prefeitura de João Pessoa.

Art. 151-D - A capacidade total dos reservatórios deverá ser calculada com base na seguinte equação:

$V = K \times A \times I$ , no qual:

V = volume calculado do reservatório em m<sup>3</sup>;

K = coeficiente de abatimento;

A = área total do lote;

I = intensidade da chuva de vazão média de cheias na cidade de João Pessoa.

§ 1º - Para os Reservatórios de Acumulação devem adotar: K = 0,15 e I = 0,06 m/h, o extravasor deve ser instalado em cota de modo a permitir verter quando o reservatório atingir 90% do volume calculado e que o volume escoado seja direcionado para infiltração na área de solo natural remanescente do lote.

§ 2º - Para os Reservatórios de Retardo adotar: K = 0,25; I = 0,06 m/h. E seu escoamento para o sistema público se dará através de orifício com vazão de restrição em função do coeficiente de escoamento de pré - urbanização. O modelo adotado para a determinação desta vazão é a fórmula Racional. Para dimensionamento do orifício utilizar a Fórmula de Chézy/Manning: Fórmula Racional

$qr = Cr \times I \times A$

360

qr - vazão de restrição em m<sup>3</sup>/s

I - chuva de projeto = 0,06 m/h

A - área total do lote em ha



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
**Gabinete do Vereador MARMUTHE CAVALCANTI - PSD**

Cr - coeficiente de escoamento de pré - urbanização

a) Fórmula de Chézy/Manning

$$Q = 1 \times A^{5/3} \times S^{1/2}$$

$$N^{2/3}$$

Q - vazão, em m/s;

N - coeficiente de rugosidade de Manning;

A - área molhada, em m<sup>2</sup>

P - perímetro molhado, em m;

S - declividade, em m/m

Art. 151-E - Os Reservatórios de Acumulação deverão atender às seguintes condições:

I - Ser resistente a esforços mecânicos, possuir revestimento impermeável e manter a qualidade da água acumulada;

II - Permitir fácil acesso para inspeção e limpeza, com dimensões que permitam a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 0,60m;

III - Possibilitar esgotamento total;

IV - Ser protegido contra a ação de inundações, infiltrações e penetração de corpos estranhos, ter vedação adequada de modo a manter sua perfeita higienização e estar localizado a uma distância mínima de 5,00 m da rede de esgoto e/ou fossa;

V - Ser dotado de extravasor que possibilite o deságue dos excedentes hídricos.

Art. 151-F - Os Reservatórios de Retardo deverão atender às seguintes condições:

I - Ser resistente a esforços mecânicos;

II - Permitir fácil acesso para manutenção, inspeção e limpeza, com dimensões que permitam a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 0,60m;

III - Possibilitar esgotamento total;

IV - Ser dotado de extravasor;

V - Ser dotado de orifício de descarga.

Parágrafo Único - Nos reservatórios de que trata o caput, a descarga da água poderá ser feita por infiltração no solo ou despejada por gravidade ou através de bombeamento na rede de drenagem pública, desde que seja mantida as condições de controle da vazão do volume calculado/hora.

Art. 151-G - Para as obras sujeitas a licenciamento ambiental, o proprietário do imóvel ou empreendedor deverá apresentar, além das plantas de locação, de coberta e pisos, o projeto do Reservatório de Acúmulo e/ou de Retardo em plantas e cortes, indicando a sua localização no terreno, o detalhamento geométrico, o cálculo do volume e, ainda, no caso de Reservatório de Retardo, apresentar, também, o dimensionamento do orifício de descarga.

Art. 151-H - Fica sob responsabilidade do proprietário do imóvel a manutenção e limpeza periódica do Reservatório de Acumulação ou Retardo, que deverão atender as normas sanitárias vigentes."



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
**Gabinete do Vereador MARMUTHE CAVALCANTI - PSD**

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, 11 de maio de 2016.

---

**MARMUTHE CAVALCANTI** Vereador - PSD



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
Casa Napoleão Laureano  
Gabinete do Vereador **MARMUTHE CAVALCANTI - PSD**

## **JUSTIFICATIVA**

Antes de adentrar no cerne do presente projeto de lei complementar impera salientar que a temática central versa sobre regras específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações a serem construídas no município de João Pessoa.

Nesse sentido explicita a Lei Orgânica do Município de João Pessoa, em seu artigo 32, inciso II, que para regular tais assuntos deve ser feito através de Lei Complementar, já que trata de matérias ligadas diretamente ao Código de Obras do Município de João Pessoa, conforme fora pontuado pela própria Procuradoria Geral desta Câmara Municipal no parecer nº 086/2015.

Este Projeto visa implantar a obrigatoriedade de instalação do “Telhado Verde”, e da construção de “reservatórios de acúmulo ou de retardo do escoamento das águas pluviais” em edificações habitacionais multifamiliares com mais de quatro pavimentos e não habitacionais, com mais de 400m<sup>2</sup> de área coberta.

A instalação do “Telhado Verde”, constituindo-se em cobertura vegetal das edificações, tem como objetivo minimizar os efeitos decorrentes do aumento das temperaturas de superfície e conseqüente formação de ilha de calor, provocadas pela crescente redução das áreas verdes e excesso de áreas com solo impermeabilizado. A cobertura vegetal gera também conforto térmico e acústico, diminuindo a reverberação ao absorver e isolar ruídos, reduzindo também significativamente a necessidade de energia para climatização de ambientes.

A instalação dos “Reservatórios de Acúmulo ou Retardo de Águas Pluviais” responde à uma necessidade de incrementar a capacidade de drenagem urbana, por meio da captura de águas de superfície. Os Reservatórios de Acumulação ou de Retardo proposto são dispositivos técnicos a serem utilizados num esforço de redução do escoamento superficial das águas de chuva. A acumulação da água de chuva aumentará a capacidade de retenção das águas pluviais no momento de pico de grande precipitação pluviométrica, minimizando pontos de alagamentos na cidade e potencializando a economia de consumo de água potável.

Com efeito, a aprovação deste projeto trará ganhos na qualidade ambiental das edificações ao incorporar conceitos de sustentabilidade às práticas diárias das construções, construindo para manter a harmonia entre os ambientes natural e construído, beneficiando toda a cidade de João Pessoa, como já beneficia a cidade de Recife, dentre outras, com projeto de teor semelhante.

Por esses motivos e razões pedimos apoio e aprovação aos nossos pares.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, 11 de maio de 2016.

---

**MARMUTHE CAVALCANTI**



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
**Gabinete do Vereador MARMUTHE CAVALCANTI - PSD**

Vereador - PSD